

N. F. Nº - 269138.0005/23-1
NOTIFICADO - FERRARI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA.
NOTIFICANTE - JEFFERSON MARTINS CARVALHO
ORIGEM - SAT / COPEC
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 26/12/2023

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0206-01/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. MULTA. MANIFESTAÇÃO DO DESTINATÁRIO. FALTA DE REGISTRO DO EVENTO NA NF-e. Comprovado que o notificado recebeu as mercadorias indicadas nas notas fiscais relacionadas na notificação fiscal e não efetuou nos prazos regulamentares o registro dos eventos relacionados às notas fiscais. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A notificação fiscal em lide, lavrada em 07/02/2023, formaliza a exigência de multa por descumprimento de obrigação acessória do ICMS no valor total de R\$ 13.696,14 em decorrência do autuado deixar de efetuar a manifestação do destinatário/confirmação da operação referente a operação ou prestação descrita em documento fiscal eletrônico, nos prazos previstos pela legislação tributária (16.16.01), ocorrido em vários dias dos anos de 2018, 2019 e 2020, prevista no inciso X-A do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

O notificado, que exerce atividade de comércio varejista de combustíveis, apresentou defesa das fls. 11 a 20 (frente e verso). Apresentou na peça defensiva argumentações referentes a três lançamentos de ofício: Notificação Fiscal nº 2691380003/23-9, Auto de Infração nº 2691380004/23-5 e em relação a esta notificação fiscal.

Em relação a presente notificação fiscal, disse que a falta de manifestação do destinatário no documento fiscal pode ser considerada uma omissão e passível de correção. Porém, afirmou que apenas a nota fiscal nº 4472 não estava escriturada no LMC.

O autuante apresentou informação fiscal às fls. 29 e 30. Confirmou que o notificado não registrou o evento de confirmação da operação a que estava obrigado por força do disposto na legislação. Disse que se também não registrou qualquer outro evento como “não realização da operação” ou “desconhecimento da operação” presume-se que a operação foi concretizada. Alegou que o notificado confunde registro da NF-e no LMC com “confirmação da operação”.

VOTO

Inicialmente, verifiquei que foram observados todos os requisitos que compõe a notificação fiscal, previstos no art. 39 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal (RPAF), Decreto nº 7.629/99.

A presente notificação fiscal consiste em exigência de multa relacionada com a falta de registro de eventos da NF-e pelo autuado em relação às notas fiscais a ele destinadas, nos termos do § 14 do art. 89 do RICMS.

Na defesa apresentada, o notificado afirmou que, apesar da falta de manifestação do destinatário no documento fiscal poder ser considerada uma omissão, todos os documentos relacionados foram escriturados no LMC, com exceção de um. A escrituração no LMC confirma que a operação efetivamente se realizou e que, consequentemente, o notificado não cumpriu a obrigação acessória de efetuar a manifestação no documento fiscal confirmando a operação. O único documento não escriturado no LMC foi ventilado, mas não no sentido de que não realizou a operação e sim por outra omissão da empresa.

O § 14 do art. 89 do RICMS exige dos postos de combustíveis que realizem os eventos da NF-e nas operações com combustíveis destinados a seus estabelecimentos, conforme a seguir:

“§ 14. O contribuinte destinatário das mercadorias a seguir indicadas deverá registrar, nos termos do Ajuste SINIEF 07/05, os eventos da NF-e denominados “ciência da emissão”, “confirmação da operação”, “operação não realizada” ou “desconhecimento da operação”, conforme o caso:

I - combustíveis, derivados ou não de petróleo, quando destinados a estabelecimentos distribuidores, postos de combustíveis e transportadores revendedores retalhistas;”

Diante do todo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da notificação fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a notificação fiscal nº **269138.0005/23-1**, lavrada contra **FERRARI COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento de multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 13.696,14**, prevista no inciso X-A do art. 42 da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais previstos na Lei nº 3.956/81.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 01 de dezembro de 2023.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVEA – JULGADOR